A DIMENSÃO SOCIOTERRITORIAL DA DESIGUALDADE E A PANDEMIA DA COVID-19 EM AGLOMERADOS SUBNORMAIS: a particularidade da cidade de Belém-Pará

Isabella Santos Corrêa[1]
Leonardo Costa Miranda[2]
Mônica de Melo Medeiros[3]
Joana Valente Santana[4]
Rovaine Ribeiro[5]

RESUMO: O presente artigo analisa a questão da moradia em sua relação com a dimensão socioterritorial da Covid-19, uma vez que, na urbanização capitalista, os chamados aglomerados subnormais são territórios de concentração das desigualdades socioeconômicas. Com base no materialismo histórico e dialético, foi realizada pesquisa de dados secundários para se aproximar da realidade vivida nos grandes centros urbanos, particularmente na cidade de Belém-Pará. Desse modo, verificou-se que a pandemia intensifica e aprofunda determinações históricas de classe, gênero e étnico-raciais e o quanto o Estado Capitalista nos momentos de crise, atua como mediador do processo de acumulação.
Palavras-chave: questão da moradia; aglomerados subnormais; Covid-19; Belém-Pará.

ABSTRACT: This article analyzes the housing issue in its relationship with the socio-territorial dimension of Covid-19, once, in capitalist urbanization, the called subnormal agglomerates are socioeconomic inequalities concentration territories. Based on historical and dialectical materialism, secondary data research was carried out in order to get closer to the reality experienced in large urban centers, particularly in the Belém-Pará city. Thereby, it was found that the pandemic intensifies and deepens historical determinations of class, gender and ethnic-racial and how much the Capitalist State, in moments of crisis, operates as mediator of the accumulation process.
Keywords: Housing issue; subnormal agglomerates; Covid-19; Belém-PA

1 INTRODUÇÃO

[1] Assistente Social graduada pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS/UFPA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Cidade, Habitação e Espaço Humano (GEP-CIHAB). Residente em Regularização Fundiária Urbana pela Clínica de Direitos Humanos (CIDHA/PPGD/UFPA). E-mail: isabellacorrea51@gmail.com
[2] Bacharel em Serviço Social pela UFPA. Discente de mestrado do PPGSS/UFPA. Membro do GEP-CIHAB. E-mail: leonardocostamiranda1@gmail.com
[3] Assistente Social graduada pela UFPA. Mestre e discente de doutorado em Serviço Social pelo PPGSS/UFPA. Membro do GEP-CIHAB. E-mail: monica.melom@yahoo.com.br
[4] Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Faculdade de Serviço Social e do PPGSS/UFPA. Coordenadora do GEP-CIHAB. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq. Coordenadora Adjunta da Área de Serviço Social na Capes (2018-2022). E-mail: joanavalente@ufpa.br
[5] Geógrafa. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Faculdade de Serviço Social/UFPA. Coordenadora do GEP-CIHAB. E-mail: rovaine@ufpa.br

A intensificação de crise econômica e social tem colocado diversos desafios para as cidades brasileiras, especialmente devido ao modelo de urbanização de cidades capitalistas. Essa crise de múltiplas dimensões precariza as condições de vida da classe trabalhadora em um momento em que os dados do IBGE (2021) apresentam mais de 14,8 milhões de pessoas desempregadas no Brasil; além da deflagração de uma crise política, acentuada pela posição do Governo Federal. Soma-se a este quadro o registro de 19.938.358 casos de Covid-19 e 556.834 mortes até agosto de 2021 (ONU, 2021a).

Assim, a crise pandêmica da Covid-19 desnudou as contradições do processo de urbanização das cidades, em que historicamente, trabalhadoras e trabalhadores "encurralados/as nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituíram as primeiras aglomerações de favelas e permaneceram na grande franja de marginalizados/as criada pelo modo de produção capitalista" (GONÇALVES, FAUSTINO, 2020, p. 140).

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo apresentar uma análise preliminar da expansão da pandemia causada pelo novo coronavírus em sua relação com as desigualdades socioterritoriais[6] urbanas na Amazônia paraense. Orientado pelo método do materialismo histórico e dialético, esta pesquisa contou com levantamento documental de dados que acompanham o avanço da Covid-19, buscando responder às seguintes perguntas: de que maneira a expansão da Covid-19 se relaciona com as desigualdades socioterritoriais urbanas? Como ocorre a expansão socioterritorial da Covid-19 na Amazônia, em particular na cidade de Belém-Pará? Em que medida as condições de habitabilidade contribuíram para o aumento dos casos de Covid-19?

6 Ao se tratar sobre as desigualdades socioterritoriais, é necessário frisar que, a noção de território é comumente associada à divisão político-institucional realizada pelo Estado. Entretanto, apesar dessa noção ser relevante esta reflexão considera o uso do território, ultrapassando a noção apenas de lugar em que se vive, mas apreendendo também o lugar em que os sujeitos desenvolvem suas relações sociais concretas, ou seja, território que compõem formas, objetos, normas e ações de um espaço habitado, espaço humano (SANTOS; SILVEIRA, 2020).

A busca por compreender as determinações sócio-históricas da desigualdade na Amazônia objetiva compreender, analisar e publicizar dados da realidade que denunciam uma reprodução da pobreza aprofundada pela crise do capital.

Atualmente, existem mais de 5 milhões de domicílios em áreas de aglomerados subnormais[7] no Brasil. Sendo que Belém-PA, Manaus-AM e Salvador-BA, entre os municípios com mais de 750 mil habitantes, são as capitais com as maiores proporções de domicílios nessas áreas. Por sua vez, o estado do Pará está entre os quatro estados da federação (incluindo-se o Distrito Federal) com a maior quantidade de domicílios ocupados em aglomerados subnormais, estando atrás somente da Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo (IBGE, 2019). Vale registrar que na capital do estado do Pará (Belém), a taxa de letalidade da Covid-19 é quase o dobro da média nacional, ocupando o lugar de nona cidade mais afetada (abril/2021) (G1, 2020).

Na conjuntura brasileira, com a eleição de Jair Bolsonaro, declaradamente alinhado à extrema direita, a população brasileira passa a arcar com o ônus de um Chefe de Estado ligado à agenda ultraneoliberal, que aprofunda uma política de desfinanciamento das políticas públicas no país pautada na perseguição a toda e qualquer tentativa de reparação para com os grupos historicamente marginalizados e oprimidos[8], grupos estes mais impactados com o avanço da pandemia no Brasil, deixando explícita as desigualdades sociais diante de uma gestão genocida do Governo.

Na Região Amazônica a expansão da pandemia tem uma particularidade que está relacionada ao seu processo histórico de formação das cidades, além do lugar que ocupa na Divisão Internacional do Trabalho (DIT), e processos que são articulados dialeticamente, dando lugar a uma Amazônia que, por um lado, apresenta uma enorme riqueza devido ao seu bioma e a cultura dos povos que nela vivem e, por outro, continua a ser saqueada por grandes empresas internacionais, em uma dinâmica amparada e incentivada pelo Estado. Assim, se torna necessário analisar

7 Os aglomerados subnormais são formas de ocupação irregular do solo de terrenos públicos ou privados, caracterizados pela carência de serviços públicos essenciais, de infraestrutura urbana, abastecimento de água e esgotamento sanitário precários. De acordo com a estimativa, em 2019, havia 5.127.747 de domicílios ocupados em 13.151 aglomerados subnormais no país (IBGE, 2019).
8 Destacam-se os frequentes ataques por parte do Presidente Jair Bolsonaro e seus seguidores a negros, mulheres, indígenas, quilombolas, população LGBTQIA+, entre outros.

em que medida a pandemia do Sars-CoV-2, causador da Covid-19 se relaciona com a contraditória concentração de riqueza e pobreza nas cidades, principalmente nos aglomerados subnormais presentes na Região Amazônica, em especial, do Estado do Pará.

2. A EXPANSÃO SOCIOTERRITORIAL DA DESIGUALDADE E A PANDEMIA DA COVID-19

O mundo tem atravessado crises sistêmicas do grande capital, crises essas que de acordo com Mészaros (2009), tem um caráter estrutural. Desta forma, o Brasil e os demais países da América Latina, são marcados pela dependência e subdesenvolvimento, vivenciando as mais variadas expropriações[9] em seus territórios.

Os retrocessos da crise contemporânea brasileira se materializam em meio às contrarreformas eclodidas pelo governo ilegítimo de Michel Temer, presentes na aprovação da Emenda Constitucional/EC nº 95/2016, que estabeleceu um novo regime fiscal com o congelamento de gastos públicos por 20 anos, afetando sobremaneira o orçamento público para as áreas da saúde e educação.

Sabe-se que o processo de industrialização e urbanização no Brasil condicionou o lugar da classe trabalhadora nas cidades, a qual, historicamente foi ocupando os espaços urbanos em busca de trabalho e melhores condições de vida. Entretanto, dada a lógica privada do acesso à terra, essa ocupação foi acompanhada pela desigualdade social, restando aos/às trabalhadores/as os piores espaços de moradia e trabalho. Desta forma, a cidade passa a ser o principal lugar de apropriação do mais-valor do trabalho pelo capital. Assim, o processo que se passou no Brasil no tocante à sua urbanização revelou uma relação do aumento da pobreza nas cidades.

9 Vale salientar que a ascensão do modo de produção capitalista se dá por meio da expropriação de trabalhadores da terra, dos seus instrumentos e meios de suprir sua subsistência, tornando-os livres para a exploração capitalista. Fontes (2010) afirma que, as expropriações contemporâneas são agressivas e ilimitadas, convertendo características humanas, sociais e bens da natureza em mercadoria. Neste ensejo, a pandemia de COVID-19 deflagrada em março de 2020, exacerba e potencializa essa realidade, principalmente nos países mais pobres.

Neste processo, o Estado assume um papel importante e ao mesmo tempo contraditório[10], já que é compreendido como um agente da socialização espacial das relações de produção, tendo a tarefa de planejar e executar as demandas do capital, mediante a criação de infraestrutura urbana e de bens e serviços, e ainda, no processo de financiamento e produção de infraestrutura física ao capital, cria mecanismos de manutenção da força de trabalho, que é necessária para a criação do valor na ordem burguesa (LOJKINE, 1997).

Em se tratando da Covid-19 no Brasil, além da testagem[11] não ser realizada em massa, também não há uma política específica de rastreamento de contato em pessoas contaminadas, o que dificulta o acompanhamento da transmissão, elaboração de estratégias para desacelerar a propagação e faz com que muito rapidamente a transmissão da Covid-19 ou de suas variantes[12], seja comunitária (quando não é mais possível localizar a origem da infecção).

Outro dado importante que demonstra a desigualdade socioeconômica refere-se à aplicação de doses de vacina contra a COVID-19 administrada por grupo de renda. De acordo com dados da Oxford, apenas 1% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose da vacina contra o Coronavírus (OUR WORLD IN DATA, 2021)[13]. No mesmo sentido, os dados coletados pela *Our World in*

---

10 Inúmeras estratégias de tensionamento ao avanço do capital se efetivam no protagonismo dos partidos e organizações sociais de esquerda que representam a existência da luta entre classes e a efetivação de direitos sociais conquistados historicamente. Em relação às políticas urbanas e habitacionais, tem-se que a Constituição de 1988 foi importante na construção de um marco legal que possibilitou intervenções públicas em territórios populares no Brasil. Nesta direção, registra-se que foi com os governos dos presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff que apesar dos limites e contradições, se inicia uma mudança de trajetória da política urbana e habitacional como política pública, com a criação do Ministério das Cidades e a implementação-de programas como o Programa de Aceleração do Crescimento e o Minha Casa Minha Vida, que junto com o programa Bolsa Família fortaleceram um caráter redistributivo para a população de menor renda. Com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, tem-se um processo de desmonte destes programas (CARDOSO, DENALDI, 2018).

11 O acesso aos testes se restringe apenas àqueles que apresentarem sintomas ou pertencem a grupos-chaves, que também atendam aos critérios específicos tais como, pertencer a grupos de profissionais da saúde, pacientes internados em hospital, que tiveram contato com pessoa contaminada, ou que retornaram do exterior (HASELL; MATHIEU; BELTEKIAN; 2020).

12 A Rede Regional de Vigilância Genômica da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), aponta que na América Latina e Caribe, já foram registradas as variantes do vírus SARS-CoV-2 Alpha, Beta, Gama e Delta, detectadas em 12 países, incluindo o Brasil (ONU, 2021b).

13 De acordo com dados da *Our World in Data*- Banco Mundial (2021), foram vacinadas, em nível mundial, 1,1 bilhões de pessoas de alta renda, 1,9 bilhões de pessoas de renda média alta, 6,1 milhões de pessoas de renda média baixa e apenas 9,7 milhões de pessoas de baixa renda. Isto significa que se agruparmos renda alta e média alta, e renda média baixa com renda baixa, teremos que as menores rendas representam apenas 21% do total de pessoas vacinadas de alta renda.

Data – Banco Mundial, também indicam a abissal desigualdade na distribuição de doses de vacinas por renda.

Em contrapartida, a pandemia possibilitou o aumento das grandes fortunas. Os 20 indivíduos mais ricos do mundo acumularam 1,77 trilhão de dólares no final de 2020 (EL PAÍS, 2021), aumento este acompanhado pelo crescimento sem igual da desigualdade de renda, o que nos leva a inferir que apesar do aumento do desemprego e da informalidade do trabalho, estes fatores afetaram muito mais a classe trabalhadora, e que, mesmo havendo um avanço nas ações coletivas de solidariedade de combate à fome no percurso da pandemia, cabe ressaltar que não houve mudanças estruturais no sentido de reverter a desigualdade econômica no país e no mundo.

Para apresentar a relação entre a expansão da pandemia de Covid-19 e os aglomerados subnormais no estado do Pará, é importante apresentar alguns dados que demonstram como a desigualdade entre classes perpassa esta crise global do capital, além de expor as contradições presentes na Região Amazônica, que historicamente possui os piores índices de qualidade de vida. Neste escopo, evidencia-se a contradição entre a miséria e a concentração de riquezas nas áreas de aglomerados subnormais:

> Os altíssimos índices de desigualdade no país, com ampliação nos últimos anos, têm sofrido um impacto importante no contexto da pandemia, como demonstrado neste estudo, colocando muitas populações em situações ainda mais aviltantes de diferentes vulnerabilidades. A vivência da pandemia, já tão desafiadora para todos os países e para toda a população brasileira, nesses territórios escancara a frágil separação entre o risco de viver com extremas vulnerabilidades e o risco de morrer pela exposição ao vírus. Uma exposição a que essa população vem sendo submetida, articulando os três eixos da vulnerabilidade – individual, social e programático – agravando e revelando a miséria e a desigualdade. (PESQUISA DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES NA EPIDEMIA DE COVID-19, 2021, p.284).

Sendo assim, observa-se que a região não foge da tendência histórica das cidades capitalistas – na realidade, a problemática nesta região se aprofunda pela intensificação dos mais variados processos de expropriação. A Amazônia possui particularidades na sua formação social e histórica que implicam na constituição das cidades. Logo, verifica-se a produção e reprodução de pobreza nas cidades, expressa

pela ocupação de áreas inadequadas à moradia tendo como um agravante, o desmonte da política urbana e habitacional.

3 A DESIGUALDADE SOCIOTERRITORIAL DA COVID-19: REFLEXÕES ACERCA DOS AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM BELÉM-PA

A formação socioespacial[14] de Belém possui uma dinâmica de valorização de áreas centrais nas quais ocorre a ocupação das áreas de baixadas[15], pela população de menor renda, de modo a proporcionar proximidade com a atividade de trabalho e acesso a serviços. Voltadas para os rios, tal como uma parte considerável das cidades amazônicas antes da fase de expansão na margem das rodovias, esses espaços constituem a forma metropolitana dispersa, sendo que esta formação socioespacial está diretamente relacionada com a reprodução social capitalista, tendo a metrópole como condição do padrão urbano-industrial (TRINDADE JR, 1998).

> Com a corrida do campo para a cidade e de cidades menores para a capital, além da pressão exercida pela população nativa sem condições econômicas, o problema habitacional se agrava, as áreas alagadas de Belém, “as baixadas”, vão se transformando em enormes “favelas”. (ABELÉM, 2018, p. 50)

Assim, os processos de periferização urbana em um modelo de metropolização, configurou o processo de segregação socioespacial[16] na cidade de Belém (TRINDADE JR.,1998) e o aumento dos aglomerados subnormais.

---

[14] Para Santos (2005), “é preciso definir a especificidade de cada formação, o que a distingue das outras, e, no interior da [Formação Econômica e Social] - FES, a apreensão do particular como uma fração do todo, um momento do todo, assim, como o todo reproduzido numa de suas frações” (SANTOS, 2005, p. 25). A formação social compreenderia uma estrutura produtiva e uma estrutura técnica. Refere-se, nesse sentido, a uma estrutura técnico-produtiva que se expressa geograficamente através da distribuição da atividade produtiva. E desse modo, a localização dos sujeitos, das atividades e das coisas no espaço, é explicada, de um lado, pelas necessidades “externas”, àqueles referentes ao modo de produção “puro”, e de outro lado, pelas necessidades “internas”, que são representadas pela estrutura de todas as buscas e pela estrutura de classe, a formação social em sua essência (SANTOS, 2005).

15 Em Belém-PA, pode-se dizer que “A falta de previsão/planejamento estatal vai concorrer na cidade, tal como no campo, para a ocupação desordenada de áreas onde a valorização imobiliária ainda não penetrou, mais precisamente, de áreas alagadas formadas por terrenos cujas curvas de níveis estão abaixo da cota de 4 m e que constituem as chamadas “baixadas de Belém” (ABELÉM, 2018, p. 43), formadas geralmente por palafitas ou moradias improvisadas, marcada fortemente pela autoconstrução.

[16] A segregação socioespacial é tratada por Corrêa (1993), como uma forma espacial que se refere “à existência e reprodução dos diferentes grupos sociais. Em resumo, a segregação residencial pode ser vista como um meio de reprodução social, e neste sentido, o espaço social age como um elemento

Considerando-se os dados do IBGE (2019) acerca da quantidade de domicílios ocupados em aglomerados subnormais, o estado do Pará ocupa a primeira posição em relação aos estados da Região Norte, totalizando 432.518 domicílios ocupados[17]. Isto demonstra a presença latente da questão da habitação como uma das principais expressões da questão social no Brasil, em que as condições de moradia da classe trabalhadora durante a pandemia, revelam a desigualdade de classe na ordem burguesa (SANTANA, CRUZ, RIBEIRO, 2020).

Como pode-se verificar na Tabela 1, as maiores proporções de domicílios ocupados em aglomerados subnormais está Belém, Ananindeua e Marituba (IBGE, 2021).

Tabela 1: A Covid-19 na RMB e a situação de domicílios em aglomerados subnormais

Cidades do Estado do Pará	PIB*	Casos Confirmados**	Óbitos**	Total De Domicílios Dos Aglomerados Subnormais*
Ananindeua	7523457,47	24.918	813	76.146
Belém	31484849,37	104.618	5.007	225.577
Benevides	25.772,35	4.007	103	8.647
Castanhal	19.728,13	8.687	441	6.645
Marituba	14.706,60	2.869	135	23.587
Santa Bárbara do Pará	8.325,10	1.261	26	550
Santa Izabel do Pará	10.867,42	2.121	88	2.458

Fonte: * Elaborado pelos autores com base em dados do IBGE, 2021.
**Elaborado pelos autores com base em dados da BRAZIL.IO 2021

A Covid-19 torna-se mais grave nesses territórios, dentre outros fatores, devido às condições sócio-históricas e econômicas que condicionaram a característica de moradia da classe trabalhadora, o uso de espaços coletivos de convívio social, falta de saneamento básico, alta desigualdade de renda, alto índice de trabalhadores informais, acesso a transporte público superlotado, elevada incidência de outras doenças e alto índice de violência urbana (FIOCRUZ, 2020; SANTANA, FERREIRA, 2021).

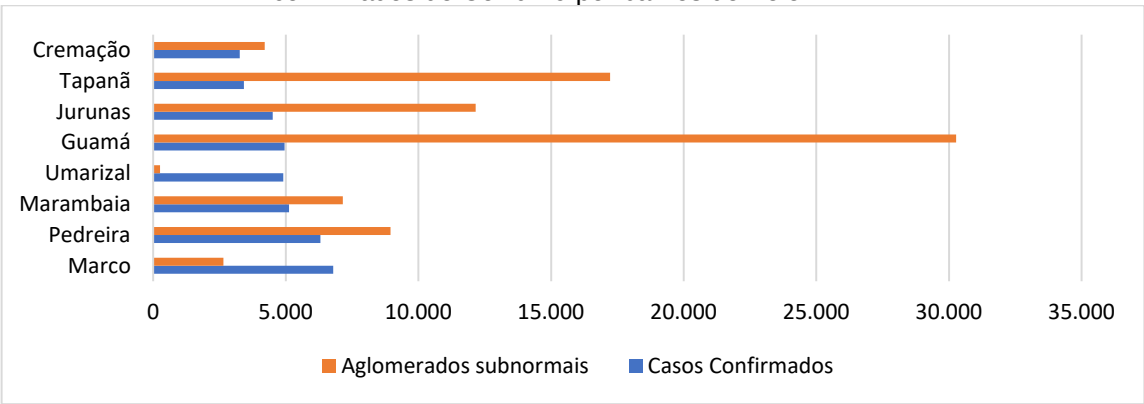
condicionador sobre a sociedade... Assim, a segregação residencial significa não apenas um meio de privilégios para a classe dominante, mas também um meio de controle e de reprodução social para o futuro" (CORRÊA,1993, pp.61-66).

17 Segundo o Censo do IBGE (2010), o Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas morando em favelas e cerca de 12,2% delas (ou 1,4 milhão) estavam no Rio de Janeiro. Ainda assim, no ano de 2010, Belém era a capital brasileira com a maior proporção de pessoas residindo em ocupações desordenadas: 54,5%, ou mais da metade da população. Salvador (33,1%), São Luís (23,0%) Recife (22,9%) e o Rio (22,2%) vinham a seguir.

A partir de indicadores populacionais, habitacionais e de saneamento extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2019), verifica-se que, no Brasil há 85,5% de domicílios em aglomerados subnormais que possuem acesso à rede de distribuição de água, mas as menores proporções desse acesso também se concentram na Região Norte e Nordeste em que mesmo com o acesso de distribuição de água, essa disponibilidade é irregular.

Com intuito de se aproximar de dados mais detalhados sobre o número de casos confirmados de Covid-19 nos aglomerados subnormais de Belém, utilizou-se a classificação preliminar para o enfrentamento à COVID-19/IBGE[18] (2019) e o Mapa de casos confirmados da Secretaria de Saúde Pública do Estado do Pará (Gráfico 2). Assim, verificou-se que os bairros do Marco, Pedreira, Marambaia, Umarizal, Guamá, Jurunas e Tapanã, foram os bairros com maior incidência de casos confirmados de Covid-19.

Gráfico 2: Estimativa de número de domicílios em aglomerados subnormais e casos confirmados de Covid-19 por bairros de Belém-PA.



Fonte: Elaboração dos autores com base em dados da SESPA, 2021 e IBGE, 2021.

Dentre os bairros com maior número de casos confirmados, Guamá, Tapanã, Jurunas e Pedreira possuem o maior número de domicílios em aglomerados subnormais. Já a expansão do número de casos nos bairros do Marco e Umarizal, podem ser compreendidos a partir dos bairros em que há uma maior concentração de renda, o que pode corroborar com contaminações pós viagens, além de que, nesses bairros verifica-se que a proporção do número de idosos nos últimos 10 anos

18 Esta publicação é uma antecipação, em caráter preliminar, do mapeamento das áreas classificadas como aglomerados subnormais (IBGE, 2019).

aumentou de 8,81 para 13,28 em 2020 em Belém, possuindo um aumento considerável nessas localidades (SEGEP, 2020).

Cabe enfatizar que parte das áreas de aglomerados subnormais podem escapar da classificação, por contar com alguns moradores que possuem a posse do imóvel ou o acesso a serviços de infraestrutura urbana. É o caso dos bairros Nazaré, Umarizal, Batista Campos, que convivem lado a lado com os aglomerados subnormais ou mesmo aqueles que devido à especulação imobiliária, sofreram uma expansão da verticalização nos bairros do Jurunas, Condor, São Brás, Pedreira, entre outros. Essa é uma das principais causas que dificultam o mapeamento da Covid-19 por bairros, dado que um mesmo código de endereçamento postal[19] que possibilita a localização do endereço, pode conter diversas áreas de aglomerados subnormais, como também um aglomerado pode extrapolar a área de um bairro.

Nesses aglomerados residem, em geral, populações com condições socioeconômicas, de moradia, de acesso a infraestrutura urbana e de serviços públicos precária, o que se soma a uma densidade de moradores por domicílio de 3,3 maior que a média nacional, o que dificulta a estratégia de isolamento social[20] (PNAD-C, 2019).

> As favelas concentram características ambientais propícias para a rápida propagação do coronavírus: segundo o Censo 2010, além da alta concentração de pessoas por domicílio, a maioria das casas tem pouca iluminação natural (60,3%), pouca ventilação natural (61,1%) e pouco espaço físico (67,1%). Esses territórios são marcados pelo fornecimento irregular de água, pela coleta de lixo deficiente e por esgoto a céu aberto − enfim, más condições de saneamento básico que provocam insalubridade no cotidiano dessas populações. (FIOCRUZ, 2020, s/p).

Os problemas identificados pela FIOCRUZ dificilmente conseguem ser sanados na cidade de Belém onde a população tem a menor ordem de grandeza dos

19 Esse conjunto de dificuldades relacionadas ao mapeamento dos casos de Covid-19 nos territórios foram encontradas na pesquisa realizada no Rio de Janeiro pela Fiocruz (2020) em que tem-se a) um mesmo código de endereçamento pode conter dezenas de favelas, haja vista que as localidades podem ser menores e dentro de bairro maior ou atravessando de um bairro a outro; b) Nem todos os segmentos de rua possuem código de endereçamento, c) baixo número de testes realizados nestas localidades, explicitando uma desigualdade no acesso a saúde.

20 Por se tratar de uma doença altamente transmissível, em que o contágio se estabelece via gotículas ou aerossóis de pessoa contaminada, as condições de moradia em espaços reduzidos que não permitem isolamento, com baixa luminosidade e ventilação, facilitam a propagação do vírus.

rendimentos locais das regiões do país (IBGE, 2020), centrando seus mais baixos valores na região Norte (R$633,00) e Nordeste (R$569,00).

Nas áreas de altíssima concentração de favelas, foi constatado também, o dobro de mortes por Covid-19 em relação a bairros sem favelas, configurando que a mortalidade de Covid-19 entre negros é maior (FIOCRUZ, 2020) e o quanto estes/as trabalhadores/as são descartáveis para o capital e para o Estado brasileiro (GONÇALVES, FAUSTINO, 2020).

> [...] questiona-se o alcance da efetivação de direitos sociais na sociedade burguesa que não conseguem, no leque da proteção social, garantir a vida e sobrevivência da classe trabalhadora, em especial, mulheres e pretos, grupo no qual a Covid-19 tem maior letalidade. Um estudo realizado pelo Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde expõe que a proporção de óbitos em pacientes pretos foi maior do que a de brancos, mesmo por faixa etária, por nível de escolaridade, e em municípios com Índice de Desenvolvimento Humano elevados. Desta forma, a chance de morte de um paciente preto ou pardo analfabeto (76%) é 3,8 vezes maior que a de um paciente branco, mesmo a despeito de análises que indicavam a democratização da Covid-19 que não faz distinção de raça, classe ou gênero [...] (CORRÊA, MIRANDA, MELO, 2021. p. 77-78).

Diante de um quadro tão adverso, as universidades e demais instituições de pesquisa tem se mostrado fundamentais nesse contexto. A pesquisa multicampi da Fundação Tide Setubal e Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), realizada em 16 territórios de São Paulo expressa que a fome ganhou enorme centralidade nas áreas de favela acompanhada de um aumento da violência de gênero e de estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa científica em um momento de intensa crise econômica e sanitária tem resistido no empenho em desvelar a realidade do país e a Universidade Pública e instituições de pesquisa e, mesmo com o brutal corte de recursos, permanecem centrais no desenvolvimento de pesquisa, sendo lócus de resistência e luta em prol de um conhecimento científico que subsidie a tomada de decisões políticas que possam conter a pandemia da Covid-19[21].

[21] Sendo assim, enfrentar a pandemia da Covid-19 significa formular respostas que considerem as especificidades socioterritoriais das cidades, haja vista que, quanto maior a desigualdade socioeconômica, precária condição de moradia, acesso a água e esgoto e dependência de auxílio emergencial, maior é a vulnerabilidade à Covid-19 (ENAP, 2021).

É necessário pontuar também, sobre o contexto histórico da região Norte e sua relação com o avanço da desigualdade socioterritorial, tendo como pilar as disparidades regionais e econômicas, vigentes de uma formação socioespacial específica e de uma urbanização distinta do restante do país (SANTANA; CRUZ. RIBEIRO, 2020).

Essas desigualdades socioterritoriais se concentram nos aglomerados subnormais corroborando para compreender que as péssimas condições de vida, moradia, trabalho e acesso a políticas públicas tornam a propagação da Covid-19 propícia nos centros urbanos das metrópoles. Esses são espaços historicamente construídos e atravessados sob uma desigualdade abissal, por vezes naturalizada e excluída do planejamento urbanístico das cidades brasileiras e que em Belém-PA, possuem um agravamento nas condições de renda, moradia, acesso a esgotamento sanitário, água potável com regularidade e acesso à infraestrutura urbana e de serviços, sendo essencial, compreender as razões pelas quais a população residente em aglomerados subnormais podem estar mais suscetíveis a expansão e consequências da Covid-19.

Na Região Metropolitana de Belém, verifica-se as particularidades da formação socioespacial da ocupação do solo urbano com a concentração da população de menor renda nas áreas de aglomerados subnormais, tendo suas maiores proporções nas cidades de Belém, Ananindeua e Marituba. A mesma tendência é verificada nessas cidades, com um maior número de casos confirmados de Covid-19. Apesar desta relação não estar posta diretamente, há dados importantes que podem subsidiar a continuidade de pesquisas que analisem a expansão da doença e possam contribuir na elaboração de indicadores e estratégias capazes de fornecer saídas para territórios em sua especificidade, principalmente considerando os dados que indicam o aumento sem precedentes da fome, da violência de gênero e étnico-racial.

No que se refere à gestão da pandemia pelo Presidente da República diante da necessidade de conter o avanço da Covid-19, tem-se um profundo negacionismo com a ciência que se somou a uma falta ou constante troca de Ministros da Saúde, atraso na compra de vacinas expresso no escândalo envolvendo a compra da vacina COVAXIN, entre outros fatores que levaram o país a índices alarmantes de óbitos.

Novamente a produção científica brasileira, na contramão do desmonte que vem sofrendo nos últimos anos, tem se empenhado na investigação destes fatores, como é o caso do Boletim Direitos na Pandemia, elaborado pelo Centro de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo em parceria com a Conectas Direitos Humanos, que analisam normas federais e estaduais em resposta à Covid-19[22] no Brasil e revelam a existência de uma estratégia institucional de propagação do vírus promovida pelo governo federal, demonstrando que as mortes poderiam ter sido evitadas, corroborando com uma gravíssima violação dos direitos humanos.

Frente a um quadro dramático, tem-se as recomendações da Fiocruz (2020) que concentram-se na necessidade de testagem em massa em casos sintomáticos e seus contatos, garantia de efetividade do Sistema Integrado de Vigilância em Saúde nos territórios, assegurar auxílio econômico continuado, proteção social específica aos trabalhadores, garantia de prestação de serviços de infraestrutura urbana (limpeza, fornecimento regular de água), aprimoramento da produção de dados georreferenciados das favelas, fortalecimento do papel das unidades básicas de saúde e unidades de pronto-atendimento, prioridade no Plano de vacinação e ações conjuntas de defesa da vida (FIOCRUZ, 2020).

Atualmente, a crise da pandemia revela o caráter pernicioso da sociabilidade do capital em escala planetária, que na periferia recai sobre o conjunto da classe trabalhadora de menor renda. Não se trata, deste modo, apenas de uma crise aguda que ora assola o conjunto do planeta e contra a qual o sistema do capital não possui defesas, mas uma dimensão da pandemia da crise estrutural ou civilizatória do capital, contra a qual, quaisquer “virada keynesiana” ou operação de salvamento do capital não poderá ter eficácia. Neste sentido, redobram-se os esforços de defesa do pensamento crítico e da produção científica voltadas aos interesses da sociedade e fortalecimento das lutas políticas anticapitalistas.

REFERÊNCIAS

22 Em síntese, os três eixos centrais do documento sinalizam atos normativos e vetos presidências de obstrução às respostas dos governos estaduais e municipais bem como a propaganda contra a saúde pública, mobilizando discurso econômico, ideológico e moral por meio de *Fake News.*

ABELÉM, Auriléia. G. **Urbanização e remoção:** por que e para quem? 2. ed. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas, NAEA, UFPA, 2018.

CARDOSO, Adauto; DENALDI, Rosana. **Urbanização de favelas no Brasil**: um balanço preliminar do PAC. 1 ed. – Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018

CORRÊA, I. MIRANDA, L. MELO, M. **A Questão Habitacional na Amazônia e impactos da Covid-19**. Revista Direitos, trabalho e política social, CUIABÁ, V. 7, n. 12, p. 64-85 Jan./jun. 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1993.

EL PAÍS. **Pandemia faz as maiores fortunas do planeta dispararem**. Disponível em: https://brasil.elpais.com/economia/2021-01-01/pandemia-faz-as-maiores-fortunas-do-planeta-dispararem.html

ENAP. **Pandemia altera desenhos e contornos geopolíticos do Brasil.** 2021. Disponível em: https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/pandemia-altera-desenhos-e-contornos-geopoliticos-do-brasil

FIOCRUZ. **Favelas na luta contra o coronavírus**. Disponível em: https://impactosocialdacovid.fiocruz.br/favelas/#section_08

FONTES, Virgínia. **Brasil e o capital-imperialismo.** 2ª ed. – Rio de Janeiro: EPSJV/ UFRJ, 2010

HASELL, J., MATHIEU, E., BELTEKIAN, D. et al. **Um banco de dados cross-country de testes COVID-19.** Sci Data 7, 345 (2020). Disponível em: https://ourworldindata.org/coronavirus-testing

G1 PARÁ. **Em Belém, taxa de letalidade da Covid-19 é quase o dobro da média nacional.** 2021. Disponível em: https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/04/02/em-belem-taxa-de-letalidade-da-covid-19-e-quase-o-dobro-da-media-nacional.ghtml

GONÇALVES, Renata.; FAUSTINO, Deivison. Racismo e violência patriarcal em tempos de pandemia na cidade do capital. In: **Serviço Social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. (Org.). Rosângela Dias da Paz [et al.]. - 1 ed. - Rio de Janeiro: Mórula, 2020, p.124-146

HASELL, J., MATHIEU, E., BELTEKIAN, D. et al. **Um banco de dados cross-country de testes COVID-19**. Sci Data 7, 345 (2020) Disponível em: https://ourworldindata.org/coronavirus-testing

IBGE. **Dados geociências,** 2021 https://dadosgeociencias.ibge.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=67c70e701c624c63a6f1754a8b8bce4a

IBGE. **PNAD Contínua 2019**: rendimento do 1% que ganha mais equivale a 33,7 vezes o da metade da população que ganha menos Agência IBGE Notícias, 2020

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MÉSZÁROS, István. **A Crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU . **A situação atual do COVID-19.** Disponível em: https://www.who.int/countries/bra/ Acesso em: 22 de julho de 2021a

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Brasil entre 12 países da América Latina onde já foram detectadas todas as variantes da Covid-19.** Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2021/07/1757472 Acesso em 22 de julho de 2021b

PESQUISA DESIGUALDADES E VULNERABILIDADES NA EPIDEMIA DE COVID-19 [livro eletrônico]: monitoramento, análise e recomendações / UNIFESP; Fundação Tide Setubal – São Paulo: Universidade Federal De São Paulo, 2021.

SANTANA, Joana.; FERREIRA, Benedito.. Crise do capital e impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro, nº 49, Jan a Abr/2021.

SANTANA, Joana., CRUZ, Sandra., RIBEIRO, Rovaine. **Questão da habitação e "questão social":** reflexões sobre a situação habitacional e lutas pela moradia no estado do Pará. In: Denise Bomtempo Birche de Carvalho; Inez Stampa; Joana Valente Santana; Maria Liduina de Oliveira e Silva (Orgs.) Pesquisa em Serviço Social e temas contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2020.

SANTOS, Milton. SILVEIRA. Maria. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. – 21ª ED. – Rio de Janeiro: Record, 2020

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Edusp, 2005. (Coleção Milton Santos; 6)

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA- SESPA. **Coronavírus no Pará.** Disponível em: https://www.covid-19.pa.gov.br/#/ Acesso em 23 de julho de 2021

SECRETARIA MUNICIPAL DE COORDENAÇÃO GERAL DO PLANEJAMENTO E GESTÃO – SEGEP. **Secretaria Municipal de Planejamento da Prefeitura Municipal de Belém**, 2020 Disponível em: https://anuario.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2020/12/Tabela-27-Demografia.pdf

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair. C. da. **Assentamentos urbanos e reestruturação metropolitana:** o caso de Belém. GEOUSP Espaço e Tempo (Online), [S. l.], v. 2, n. 2, p. 39-52, 1998.